

*E NÃO SOU EU UMA MULHER?*¹ **SOBRE SER MULHER NEGRA**

And I am not a woman?
About being black woman

Carla de Oliveira Romão

Doutora em Educação
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
petroyf@yahoo.com.br

Recebido em: 27/09/2022

Aprovado em: 16/11/2022

Resumo: O presente artigo problematiza a construção política e identitária em torno do ser mulher enquanto um sujeito social, que possui uma existência corporificada na sociedade. Ao realizar este movimento questiona a construção do ser mulher como um sujeito universal e expõe as produções feitas por mulheres negras desde o princípio do movimento sufragista norte americano; se propõe também a apresentar o feminismo negro e a forma como a produção a partir desta perspectiva é potente e importante para promover a justiça social, restituir humanidades e produzir dados sobre a população negra. Para fazer isso utiliza-se das contribuições advindas de autoras como Patricia Collins, Angela Davis, Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro, produzindo dessa forma um diálogo entre as produções dessas intelectuais e a proposta de texto aqui apresentada. Dentre as conclusões do presente artigo destaca-se a necessária visibilidade das mulheres negras e suas produções ao longo dos períodos históricos considerados no texto.

Palavras-chave: mulheres negras; feminismo negro; identidade.

Abstract: The present article problematizes the political and identity construction around the being woman as a social subject, that possesses an embodied existence in the society. In carrying out this movement questions the construction of being a woman as a universal subject and exposes the productions made by black women from the beginning of the North American suffragist movement; also proposes to present black feminism and the way in which production from this perspective is potent and important to promote social justice, restore humanities and produce data about the black population. Thus, contributions from authors such as Patricia Hill Collins, Angela Davis, Lélia Gonzalez and Djamila Ribeiro become important in order to think about the connections intended in the proposed text. Among the conclusions of this article, the necessary visibility of black women and their productions throughout the historical periods considered in the text stands out.

Keywords: black women; black feminism; Identity.

¹Frase do discurso proferido por Sojourner Truth como uma intervenção na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, extraído de TRUTH *apud* RIBEIRO, 2017, p. 20.

Introdução

O intuito deste texto é propor uma reflexão acerca de algumas escritas que procuram expandir a compreensão sobre o ser mulher em diferentes tempos históricos, contrastando com a significação produzida sobre o ser mulher feita pelo feminismo hegemônico², entendido como um movimento político, social e acadêmico que promove uma nova visão sobre as mulheres e suas possibilidades sociais. Resgata assim tensões produzidas dentro deste movimento na tentativa de conceituar e defender um tipo específico de mulher, invisibilizando as disputas em seu interior e ao redor dele. Também se configura como interesse deste artigo trabalhar com autoras que, usualmente, não são convocadas na escrita acadêmica, mas que possuem obras que nos ajudam a compreender os vários elementos que estão em disputa na formação de nossa identidade e quais os impactos disto na configuração de políticas públicas.

Disputas estas que muitas vezes não foram reconhecidas pela historiografia oficial, que insiste em divulgar uma história homogeneizante e única. Ao realizar esta crítica o presente texto busca também promover um diálogo com autoras que problematizam esse olhar único dado para a história, inclusive na história do feminismo. Ao fazer isto reflito sobre a construção política e identitária em torno do ser mulher, não somente enquanto uma categoria analítica, mas principalmente enquanto um sujeito social, que possui uma existência corporificada na sociedade. Ao problematizar essas questões interrogamos os processos de produção da identidade e da diferença em nosso meio social.

Tensiono de forma especial, no espaço deste texto, a produção da identidade do ser mulher negra, pois estas mulheres historicamente fazem um enfrentamento a diversas questões, mas que durante anos tiveram suas vozes silenciadas e seu protagonismo escamoteado (DAVIS, 2016; 2017; RIBEIRO, 2017). O feminismo negro é um movimento mais reconhecido pós anos de 1960, entretanto é importante salientar que as mulheres negras sempre promoveram o enfrentamento ao machismo, racismo e outras situações de discriminação a que estavam submetidas, como exploraremos em seguida.

²Para pensar o feminismo hegemônico entendo, que esse indica, durante certo curso da História, a permanência da visão das mulheres a partir de uma significação universal: mulheres, brancas e de classes elevadas. Esse fato deixou à margem outras mulheres que estavam disputando o cenário político, também naquele momento, como as mulheres negras e as mulheres brancas pobres trabalhadoras. A imagem desse feminismo hegemônico, representado por mulheres brancas elitistas, foi tão forte para descrever o feminismo que as primeiras lutas desse movimento ignoravam que um contingente significativo de mulheres de outros perfis – mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres brancas pobres – já acessavam o espaço público e já estavam envolvidas em trabalhos, que eram muitas vezes compulsórios e precários.

Em se tratando de Brasil podemos perceber na contemporaneidade uma maior visibilidade para autoras negras tanto nacionais quanto internacionais. A título de exemplificação podemos observar o mercado editorial brasileiro que em 2016 realiza a tradução e publicação de um livro de Angela Davis, filósofa norte americana, originalmente publicado em 1981, são 35 anos. Este fato nos permite considerar o imenso vácuo do intercâmbio entre intelectuais negras brasileiras e estrangeiras; e a grande perda que nós temos ao desconsiderar as produções sobre um ponto de vista específico, o das mulheres negras, que historicamente não limita a visão, mas consegue olhar de forma mais interseccional sobre os problemas sociais (COLLINS, 2016).

Somando-se a este fato observamos em nossa atualidade expoentes negros sendo reconhecidas neste momento pelo mercado editorial brasileiro, tais como Conceição Evaristo, mulher negra, escritora, com vários prêmios recebidos por sua obra e que em 2018 concorre à vaga para uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, entidade que tem como objetivo o “cultivo da língua e da literatura nacionais”³, quem em seus 125 anos de existência, completos em 2022, teve poucas mulheres ocupando seus assentos e que nenhuma delas era negra. E Djamila Ribeiro, filósofa, com grande contribuição em seu ativismo digital pautando o racismo e o feminismo e que na atualidade possui uma expressiva atuação no mercado editorial brasileiro, publicando livros e coordenando coleções, como a Feminismos Plurais.

Esses são dois exemplos de mulheres negras intelectuais e militantes que estão mais visíveis no cenário brasileiro, que continuam uma trajetória que foi gestada também por Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Miriam Alvez. Intelectuais negras que infelizmente só conhecemos quando buscamos informações, as contribuições e trajetórias destas mulheres ainda não são oferecidas na educação básica ou mesmo no ensino superior. E ao não conhecê-las ignoramos a nossa construção política e social como de pertencimento a um grupo específico da sociedade, além disto, deixamos de ter acesso a toda uma trajetória de luta ativa pela cidadania, o que também causa impacto na nossa construção cidadã. E também deixamos de ter acesso ao diálogo que estas intelectuais possuem com grandes teorizações, nas quais provocam uma reflexão profunda da realidade social, trazendo elementos que são cotidianamente ignorando pelas grandes correntes do pensamento social brasileiro e as relacionado com as questões relativas à raça, classe e gênero.

³Extraído do sítio <http://www.academia.org.br/academia/quem-somos>, último acesso em 23 de setembro de 2022.

No próximo tópico serão explorados os processos de produção de identidades sociais, assim como a impossibilidade da defesa de uma identidade fixa e estável como forma de designar os sujeitos, para em seguida questionar a estabilização produzida em torno do ser mulher e como este sujeito não é representativo da experiência de todas as mulheres. Em seção subjacente exploraremos a construção do feminismo negro e como esta produção possui uma datação anterior aos anos de 1960, destacando as peculiaridades deste pensamento/teoria que nos ajudam, de forma singular, a entender os processos de formação das identidades na contemporaneidade e por fim apresenta-se uma conclusão do texto.

Sobre a formação política dos sujeitos sociais

A identidade é um elemento de destaque na formação dos indivíduos, existem diferentes teorizações que se preocupam com a forma como as identidades são formadas, isso se dá por que na atualidade convivemos com o que Stuart Hall (2015), sociólogo jamaicano, chama de descentramento do sujeito moderno. Para Hall (2015) na contemporaneidade possuímos acúmulos que nos permitem questionar o sujeito do iluminismo, que possuía uma identidade fixa e estável e que durante séculos serviu para estabilizar o mundo social.

Este sujeito do iluminismo é marcado por um padrão universal que resumia a humanidade em um único sujeito: homem, branco, heterossexual. Padrão este gerado para pensar as sociedades ocidentais e aquelas que foram colonizadas pelo ocidente, mas que na atualidade tem sua hegemonia questionada por diferentes discursos, entre eles o feminista.

O feminismo é um movimento teórico e político que desde a sua constituição buscou a emancipação da mulher, ou seja, reivindicou que o fato de ser mulher não significasse subordinação ou menosprezo em sua existência como indivíduo. Maria Amélia de Almeida Teles (2017), ativista feminista, assim o define:

[...] o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre as outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade [...] Dessa forma, o feminismo tem também um caráter humanista: busca a libertação das mulheres e dos homens [...] (TELES, 2017, p.22).

Ao acessar essa definição de feminismo podemos entendê-lo como um movimento que questiona as variadas estruturas sociais que subordinam as mulheres, para tal o movimento feminista aciona uma série de mecanismos para entender a forma como a diferença entre mulheres e homens é socialmente formada, diferença esta que remete a desigualdade. Refuta, assim, as explicações advindas do mundo da natureza, que foram historicamente utilizadas para justificar uma suposta inferioridade natural das mulheres, e construindo ao longo do seu percurso que não era a natureza a formadora da subordinação feminina e sim a cultura em que estamos inseridas. Esta cultura através de repetições e deslocamentos afirma uma identidade estereotipada e esperada para mulheres e homens performarem (BUTLER, 2008).

A este mecanismo que a partir da cultura afirma uma identidade estereotipada para mulheres e homens nomeia-se como gênero. Este passa a ser entendido como uma construção cultural produzida ao longo da história, que, nas sociedades ocidentais colonizadas por países europeus, afirma uma dominação masculina e uma sujeição feminina (VARELA, 2008). Foi através do uso do conceito de gênero que uma grande área de estudos foi fomentada nas universidades, possibilitando que as teóricas feministas questionassem as desigualdades em diversos campos de saber.

Para Joan Scott (1995), historiadora, o uso do conceito de gênero possibilita significar as relações de poder, poder este que em muitas sociedades reserva um lugar de prejuízo para as mulheres. Para a autora gênero pode ser compreendido como “um meio de decodificar o sentido e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p.89). Com isso a análise que a autora faz para o uso de gênero é aquela onde se permite resgatar a participação das mulheres de forma ativa na história, tendo a consciência que as relações são sempre generificadas, ou seja, é preciso se perguntar onde estão mulheres e homens nas diversas instituições, e ao realizar este processo Scott (1995) afirma a necessidade de aprender a fazer as perguntas certas.

Sem sombras de dúvidas a abordagem a partir deste conceito possibilitou diversos ganhos a compreensão e a desnaturalização da diferença entre mulheres e homens, permitindo romper com o caráter fixo e permanente das significações produzidas em torno do ser mulher e do ser homem. Entretanto, Scott (1995) sinaliza que no uso do conceito de gênero é importante problematizar a oposição binária e excludente que ele sugere, sempre polarizando entre feminino e masculino. E argumenta em favor da desconstrução da diferença sexual que gera desigualdade. O tratamento binário a gênero e sua oposição a construção do sexo será alvo de críticas por autoras como Scott

(1995), entretanto é com Judith Butler (2008), filósofa, que o conceito de gênero é despido e a estabilidade do sujeito mulher passa a ser considerada em variados círculos acadêmicos e feministas.

Butler (2008) argumenta que o feminismo historicamente formou sua luta sobre um sujeito que é produzido e reprimido pelas mesmas estruturas de poder da qual tenta sua libertação. Crítica já tecida por autoras como Heleieth Saffioti (2013), socióloga, que argumenta que o feminismo quer a incorporação na lógica vigente, não sendo capaz de abalar as estruturas das opressões que o fundam: “o feminismo pequeno-burguês não é, na verdade, um feminismo. Representa, ao contrário, uma força de consolidação da sociedade de classes na medida em que permite a esta assumir uma aparência que melhor dissimule suas contradições internas” (SAFFIOTI, 2013, p.194). Ao tecer sua crítica Butler (2008) além de questionar a estrutura que forma este sujeito do feminismo questiona o próprio sujeito produzido pela estrutura e do qual o feminismo requer sua emancipação, argumenta que o sujeito mulher não pode ser compreendido em termos estáveis e permanentes e ao fazer isto desestabiliza as ancoragens feitas em torno do conceito de gênero:

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e por que o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2008, p.20).

Sendo assim, Butler (2008) recupera em seu texto uma dimensão extensamente anunciada por muitas mulheres negras, de que não podemos defender as mulheres a partir da construção da identidade mulher como uma identidade fixa e estável, pois assim desconsideramos as experiências de uma grande maioria de mulheres que não possuem pertença com os ideias anunciados com esta imagem, que muitas vezes remete a uma universalidade: mulheres brancas, heterossexuais e de classe econômica média/alta. Dimensão já anunciada em 1851 por Sojourner Truth ao proferir um discurso na Conferência de Direitos da Mulher em Ohio, Estados Unidos da América:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e

também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravo. Quando manifestei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH *apud* RIBEIRO, 2017, p.20).

Em seu discurso Sojourner questiona a formulação tradicional do ser mulher, que se analisarmos sobre o ponto de vista biológico tornaria as mulheres negras e indígenas inaptas para a escravidão, já em 1851 Truth questiona o que aquela sociedade está entendendo e nomeando como mulher, proferindo uma frase que, possivelmente, ecoa nas mentes de muitas mulheres negras ou não que não conseguiam ou não queriam se encaixar no padrão estilizado e tradicionalista esperado e anunciado para as mulheres: “E não sou eu uma mulher?”. Ao fazer isso desestabiliza os pressupostos aceitos pelo grupo sobre as possibilidades de mulheres e homens daquela sociedade, afirmando o quanto o elemento raça é incisivo na forma como tratamos os sujeitos sociais.

Angela Davis, filósofa e ativista política, reflete sobre a visão da mulher negra escravizada nos Estados Unidos da América nos dando alguns pontos para pensar sobre a formação destas mulheres em contraposição às mulheres brancas e suas críticas são fomentadas pela interrogação que Sojourner Truth realiza em seu discurso, uma vez que a defesa do que grupos conservadores da época consideravam ser uma mulher não encontrava respaldo nas formas como as mulheres negras eram tratadas. Davis (2016; 2017) observa assim contradições deste movimento inicial do feminismo, que em sua primeira onda defendia o acesso das mulheres a atividades que eram já obrigatórias para as mulheres negras e para as mulheres brancas pobres como uma condição de sobrevivência: o acesso ao mundo do trabalho. Como bem nos expõe Truth em seu discurso.

Davis (2106) afirma que para as mulheres negras o trabalho nunca pode ser uma escolha, para ela o espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão que vem com a escravidão. Essa é uma experiência que foi vivida por todas as mulheres negras submetidas à condição de escravidão: o trabalho compulsório, esta exploração não distinguia sexo, era imposto às mulheres e aos homens, e também não se amenizava quando as mulheres negras escravizadas estavam grávidas. Silva (2010) reconstrói no cenário brasileiro a forma como estas mulheres eram tratadas: “uma mulher negra grávida era mantida desenvolvendo trabalho compulsório e com respeito aos filhos, a esses nenhuma importância era dada já que aos olhos do senhor eram antieconômicos, e não são raros os relatos de abandono de crianças por representarem uma despesa a mais para os senhores” (SILVA, 2010, p.03).

Com isso podemos entender que a representação comumente aceita sobre o ser mulher não dava conta da experiência real vivida pelos sujeitos identificados como mulheres, nos dando base para reiterar juntamente com Butler (2008) que ser mulher não é tudo que alguém é, existe as pertencas de classe, raça, região, nacionalidade que irão moldar a experiência dos indivíduos, e estes elementos são distintivos na configuração do sujeito tal como ele é.

Este movimento de reconhecer outras dimensões na visão que temos dos indivíduos vem conjuntamente com a configuração dos novos movimentos sociais que emergem pós anos de 1968 e que caracterizam uma nova forma de luta social: a partir das identidades. Ao colocar em cena as possibilidades identitárias estes movimentos questionam e tensionam o sujeito iluminista, que seria seguro e estável (HALL, 2015).

É importante salientar que já existia no meio social a tentativa de inclusão de outros indivíduos no pleito por direitos e visibilidade, como o discurso de Sojourner Truth expõe, entretanto esses discursos foram invisibilizados por um discurso dominante que na defesa da universalidade escondia também os interesses de classe. Segundo Djamila Ribeiro, filósofa: “Essa discussão já vem sendo feita desde a primeira onda, como nos mostra Truth assim como na segunda onda, como podemos ver nas obras de feministas negras como bell hooks, Audre Lorde entre outras” (RIBEIRO, 2017, p.22). A autora se refere às ondas feministas para informar que o questionamento a universalidade da categoria mulher é algo que já é tema desde sua primeira onda, mas como este questionamento foi formulado por mulheres que estavam em posições de menor prestígio/poder social, como as mulheres negras, brancos pobres ele foi silenciado.

O feminismo negro que advém, também, desta insistente impossibilidade de considerar as demandas das mulheres negras dentro de um feminismo hegemônico ou branco contém elementos importantes para compreender os processos de formação política dos sujeitos, processos estes que se manifestam em suas vivências reais através do racismo, do machismo e de outras práticas discriminatórias que por vezes limitam e impedem a existência deste sujeito no social. É sobre algumas construções advindas deste movimento que iremos nos deter na próxima seção para continuar refletindo sobre os processos de formação dos indivíduos.

Feminismo Negro

A defesa do sujeito mulher formou durante muito tempo o princípio de luta dentro do que viria a ser reconhecido como movimento feminista, ou seja, foi em prol da construção de uma nova concepção política e social para as mulheres é que se forma o movimento feminista. Entretanto, podemos observar a partir dos escritos já enunciados neste texto que havia um questionamento sobre quem eram as mulheres para as quais se requereriam uma nova concepção política e social. Isso por que durante muito tempo o que hoje chamamos de movimento feminista visibilizou as lutas e a defesa de um tipo específico de mulher.

Tendo essa reflexão como uma crítica e uma disputa no interior do que estava sendo compreendido como feminismo e observando a grande lacuna de vida que existia/existe entre as experiências de mulheres negras e brancas, e a dificuldade de mulheres brancas, de uma classe econômica superior, compreenderem as opressões que estavam em jogo na vida das mulheres negras, acabou por provocar a urgência destas se pensarem a partir de suas experiências que confluíam questões relativas a sexo, a cor e a classe (DAVIS, 2016; 2017; RIBEIRO, 2017; COLLINS, 2000; 2016; CARNEIRO, 2019).

É a partir desta compreensão que o feminismo negro é gestado, sendo compreendido como uma tentativa de as mulheres negras falarem de si, para si e com isto tomar consciência e lutarem contra as opressões que as atinge. Lélia Gonzalez, antropóloga, chama atenção para este fato ao afirmar que “a atuação das mulheres negras, que, ao que parece, mesmo antes da existência de organizações do movimento de mulheres, reuniram-se para discutir o seu cotidiano marcado, por um lado, pela discriminação racial e, por outro, pelo machismo” (GONZALEZ, 2008, p.38). Nesse trecho Gonzalez (2008) destaca a necessidade das mulheres negras se comunicarem com pessoas que poderiam entender e partilhar suas vivências. A formação do feminismo negro pode então ser compreendida, também, a partir da tensão entre os movimentos negros e feministas que muitas vezes acabavam por excluir as vivências e experiências das mulheres negras (VELASCO, 2012). Para Sueli Carneiro, filósofa, o feminismo negro “revela a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais” (CARNEIRO, 2019, p.273).

O que hoje conhecemos como feminismo negro tem seu início nos Estados Unidos da América através da fala de intelectuais como Sojourner Truth e para Collins (2000) serve para pensar uma contradição fundamental da sociedade estadunidense, mas que podemos estender para pensar a

realidade de todas as sociedades que se pretendem democráticas: a contradição entre as promessas de liberdade individual; igualdade na lei e justiça social para todas e todos que ali vivem e a persistência da realidade onde a forma de a sociedade lidar com o indivíduo se distingue a partir da sua pertença de raça, classe, gênero, sexualidade e cidadania. Ainda segundo a autora por a sociedade ainda se constituir assim “os efeitos do racismo institucional seguem sendo visíveis e palpáveis⁴” (COLLINS, 2000, p.102).

O questionamento produzido também por Truth em 1851 ao se interrogar se não era mesmo uma mulher produzia eco na forma como as mulheres negras estadunidenses se viam e se organizavam e a compreensão de estarem em uma posição no meio, como Grada Kilomba (2012) afirma, fez com que estas mulheres entendessem a necessidade de se auto-organizar. Kilomba (2012) traz a imagem das mulheres negras como estando no meio, porque estas não são somente negras e nem são somente mulheres. Quando observamos a imagem da mulher negra vemos a identidade acontecendo em mais de uma de suas dimensões, a polarização entre ser mulher ou ser negra não acontece ali, já que as mulheres negras trazem essa intercessão no corpo. Este fato apresenta uma das características do feminismo negro, segundo Collins (2000; 2016), que é o fato deste se constituir de forma interseccional, ou seja, entendendo que em uma análise não podemos considerar somente uma dimensão da sua identidade, por que ela é atravessada por diferentes marcadores.

Sendo assim, quando alguém olha para uma mulher negra ela não é vista como mulher, nem como negra, ela é desde o primeiro olhar identificada como uma mulher negra e isso traz vivências específicas para a forma como ela irá transitar na sociedade. Para Kimberlé Crenshaw (2002), advogada estadunidense, esta seria uma diferença que faz diferença e a estes dois marcadores se somam outros como: orientação sexual, religião, origem nacional e estes fatores criam uma vivência específica para o grupo identificado com estas intersecções. Gonzalez nos informa sobre a complexidade que compreende a sua identificação enquanto mulher negra:

Quando falo de experiência, me refiro a um processo difícil de aprendizado na busca de minha identidade como mulher negra, dentro de uma sociedade que me oprime e discrimina precisamente por causa disso. Mas uma questão de ordem ético-política é imposta imediatamente. Não posso falar na primeira pessoa do singular, de algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; refiro-me aos ameríndios e aos africanos (Gonzalez), subordinados a uma latinidade que legitima sua interiorização (GONZALEZ, 2018, p.308).

⁴ Traduzido do original em espanhol: “los efectos del racismo institucionalizados siguen siendo visibles y palpables”.

Gonzalez resgata assim uma construção que deve ser evidenciada na sociedade: que a identificação da mulher negra é feita, muitas vezes, através de processos dolorosos. Isto, muitas vezes, é agravado pelo fato de as mulheres negras desconhecerem suas trajetórias enquanto coletivo, e acham que suas dores são só suas, quando, na verdade, como nos informa Gonzalez (2018) é algo comum a milhões de mulheres. Carneiro (2019) nos dá subsídios para refletir em conjunto com Gonzalez ao argumentar sobre a violência específica que atinge as mulheres negras e as impede de ter o direito à imagem e a representação positiva. Ainda segundo Carneiro essa seria uma violência invisível que fica marcada na subjetividade das mulheres negras e transborda para suas relações afetivas e sexuais.

Ao resgatar a trajetória de organização das mulheres negras no contexto dos Estados Unidos da América Davis (2017) nos mostra que em 1895 cem mulheres negras de dez estados se reuniram na cidade de Boston e no ano seguinte fundaram a Associação Nacional das Agremiações de Mulheres de Cor, tinham como função primordial “a defesa ideológica e militante das mulheres negras – e dos homens negros – contra os danos causados pelo racismo” (DAVIS, 2017, p. 15). Esse tipo de resgate é essencial para que possamos compreender e combater o insistente apagamento que se faz das contribuições das mulheres negras dentro do feminismo. Para Davis, se ignoramos as trajetórias das mulheres afro-americanas, que historicamente estiveram, também, no cenário político e social, pautando a transformação na forma como a sociedade as significavam, “o potencial revolucionário do movimento de mulheres ainda não terá sido realizado” (DAVIS, 2017, p.18).

Gonzalez (2008) realiza uma reflexão que vai de encontro com as críticas reunidas por Davis (2016; 2017), mas tendo como ponto de partida o cenário brasileiro. Gonzalez em texto de 1986, mas publicado em uma coletânea de 2008, considera a posição das mulheres negras dentro de nossa sociedade, afirmando que: “As intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até mesmo a deixar de reconhecer, a especificidade da natureza da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados” (GONZALEZ, 2008, p.36).

Gonzalez argumenta nestes termos, pois em pesquisas sociais existe a tendência de tratar os sujeitos como se fossem categorias universais, se fala da situação da mulher no mercado de trabalho ou do salário das mulheres, este tipo de pesquisa acaba por invisibilizar a realidade das mulheres

negras. Em outro texto Gonzalez evidencia o empobrecimento que a generalização provoca ao desconsiderar o impacto na formação das subjetividades individuais, para a autora: “Falar das opressões das mulheres latino-americanas é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas” (GONZALEZ, 2018, p.311). Djamila Ribeiro (2017) argumenta que é importante gerar pesquisas que nomeiem os grupos que existem socialmente, segundo a autora: “Isso porque quando ainda se insiste nessa visão homogênea de homens e mulheres, homens negros e mulheres negras ficam implícitos e acabam não sendo beneficiários de políticas importantes e, estando mais apartados ainda, de serem aqueles que pensam tais políticas” (RIBEIRO, 2017, p.41).

Quando temos uma visão homogênea de sujeitos como mulheres e homens ignoramos o impacto que a experiência da diáspora e da escravidão teve em países como o Brasil, onde a herança escravocrata ainda é uma realidade na forma de tratar os indivíduos e no qual houve pouco investimento em políticas públicas a fim de enfrentar essa cultura racista. Fato observado quando analisamos, por exemplo, as estatísticas referentes à morte neste país. Segundo o Atlas da Violência de 2021 no ano de 2019 as pessoas negras foram as maiores vítimas da violência letal, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Indicando assim, uma diminuição na violência letal direcionada a não negros (CERQUEIRA et. al., 2022). A atuação da política institucional é importante para reduzir dados dessa natureza, somente com ações direcionadas é que se pode superar a herança escravocrata brasileira, que tende a marginalizar a população negra em todas as suas expressões.

Ao olhar para a realidade das mulheres negras no mundo do trabalho temos um cenário ainda precário, Cidinha Silva (2017), prosadora e dramaturga, realiza uma excelente análise sobre esta situação na cidade de Salvador, mas que pode nos servir para pensar a forma como os padrões escravocratas ainda se fazem presentes em nosso cotidiano. Cidinha está refletindo sobre a microeconomia do carnaval em uma das cidades mais requisitadas para esta festa, ela afirma:

Mulheres negras, todas negras, dominam o mercado da comida de rua durante a festa. Tradição herdada das pretas de ganho do século XIX, das baianas do acarajé e outros quitutes do século XX para cá. Herança também de diversas impossibilidades consolidadas que as leva a desenvolver funções laborais nas quais possa manter os filhos por perto (SILVA, 2017, p. 29).

As afirmações de Ribeiro (2017) e Silva (2017) nos apresentam outra característica do feminismo negro que é a produção de uma crítica contundente a forma de produzir conhecimento. Para Hall (2015) o feminismo enquanto crítica teórica e social foi, também, responsável por uma virada epistêmica na forma de compreender as identidades na modernidade ao trazer para a arena social temas, que por serem associados ao universo das mulheres, eram tidos como de menor valor e este movimento teve impacto na forma como produzimos conhecimento, agora as mulheres eram sujeitos relevantes de pesquisa.

Segundo Collins (2016) o feminismo negro pertence a um grupo de intelectuais marginais que tendem a enriquecer o discurso sociológico contemporâneo, pois se configuram como *outside within*. Este termo designa os estrangeiros de dentro, ou seja, aquelas pessoas que estão, por exemplo, na academia, mas são estranhas/estrangeiras àquele ambiente, podemos citar aqui as intelectuais negras. Para Collins (2016) estas mulheres possuem um potencial distintivo dentro da produção do conhecimento, pois são capazes de articular diferentes parâmetros, que muitas vezes são ignorados na produção do conhecimento. O feminismo negro sendo um movimento que se articula a partir das ideias produzidas por mulheres negras e que constroem seu conhecimento com a vivência de ser mulher negra e para estas mulheres. E ao fazer isto amplia o olhar para a natureza interligada das opressões, considerada por Collins (2016) como uma noção que permeia o feminismo negro desde a sua origem.

Ao realizar este movimento o feminismo negro se articula com ideais radicais que por vezes foi também defendido pelo feminismo hegemônico, mas que muitas vezes não foi posta em prática: a defesa das mulheres em sua multiplicidade e a defesa radical de sua humanidade, a compreensão da necessidade de romper com produções do conhecimento que não consideram a perspectiva das mulheres, a necessidade de descolonizar o pensamento. E ao se movimentar nestas premissas um movimento que historicamente começa nos Estados Unidos da América possibilita que várias mulheres negras do mundo reflitam a partir de uma experiência histórica comum, que é fundada a partir do processo de escravidão que foi imposto a nações vindas do continente africano, mas também aos povos originários dos territórios colonizados (DAVIS, 2016; 2017; COLLINS, 2000; 2016; RIBEIRO, 2017). Ao realizar este movimento o feminismo negro realiza a sua principal pauta, segundo Xavier (2017), “o ato de restituir humanidades negadas”.

Conclusão

Ao restituir humanidades negadas o pensamento feminista negro traz a tona um sujeito que historicamente foi desconsiderado e/ou subalternizado nas grandes teorizações: a mulher negra. Neste movimento resgata algo que comumente é ignorado na produção do saber: que desde o princípio as mulheres negras estão em cena debatendo e disputando significados (RIBEIRO, 2017). Podemos observar isso com o discurso de Sojourner Truth em 1851, assim como a organização vista como necessária pelas mulheres negras a fim de defender seus interesses (DAVIS, 2016; COLLINS, 2000; GONZALEZ, 2008).

Através das teorizações enunciadas observamos este movimento, que é um movimento também pela visibilidade, que resgata, continuamente a frase de Truth “E não sou eu uma mulher?”. E desta forma nos interroga sobre as possibilidades de existência dos sujeitos, produzindo como eco o questionamento sobre quais os sujeitos que são permitidos de existir na sociedade.

Foi no intuito de debater sobre a produção do ser mulher para além de uma imagem fixada no sujeito universal que este texto foi construído, trazendo para a cena debates como o de Hall (2015) que questionam a visão da identidade fixada, permanente e imutável. Mas também querendo argumentar em conjunto com as feministas negras que ao abrir o leque de representações identitárias não há empobrecimento e nem perdas nas lutas sociais e teóricas, como sinaliza Collins (2000) ao afirmar que incorporando a heterogeneidade podemos evitar o essencialismo em favor da democracia.

Além disto, foi intenção da argumentação aqui produzida reiterar a importância da nomeação como condição indispensável para a superação da realidade social na qual se encontra a população negra. Primeiro por que políticas públicas só são feitas com dados da realidade, como argumenta Ribeiro (2017), ainda segundo a autora “Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (RIBEIRO, 2017, p.41). Segundo, por que a produção do saber hegemônico continuamente apaga as contribuições das intelectuais negras, que estão ativamente produzindo a respeito de nossa realidade social em diálogo contínuo com as grandes teorizações que moldam o pensamento social contemporâneo e com os movimentos sociais e suas lutas pela igualdade e emancipação humana.

A visibilidade deste tipo de conhecimento nos permite compreender o quanto às categorias fixas e estáveis são frágeis para nomear os sujeitos e nos permite visualizar como as contribuições advindas do feminismo negro são importantes a fim de expandir as formas como vemos e

entendemos a realidade social, nos dando a oportunidade de olhar sobre ângulos comumente ignorados.

Referências bibliográficas:

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.^a). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). **Atlas da Violência 2021**. IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In JABARDO, Mercedes (Org.^a). **Feminismos negros. Una antología**. Madrid: Traficantes de Sonhos: Mapa, 2012.

_____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, jan./jul., 20002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.^a). **Guerreiras de Natureza – Mulher Negra, Religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. Por Um Feminismo Afrolatinoamericano. In GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez – Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of everyday racism**. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em https://schwarzemilch.files.wordpress.com/2012/05/kilomba-grada_2010_plantation-memories.pdf, último acesso em 19 de setembro de 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade**. 3^aed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In **Educação e Realidade**. Volume 20, número 2, p.:71-99, 1995.

SILVA, Cidinha. Sobre os que juntam vinténs na microeconomia do carnaval. In AMARO, Vagner (Org.). **Olhos de azeviche: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira – contos e crônicas**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Ed. Alameda, 2017.

VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes**. Espanha: Ediciones B, 2008.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde / con El feminismo negro. In JABARDO, Mercedes (Org.^a). **Feminismos negros. Una antología**. Madrid: Traficantes de Sonhos: Mapa, 2012.

XAVIER, Giovanna. Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta. In Folha de São Paulo, 19/07/2017. Disponível em <https://agoraequesaolas.blogfolha.uol.com.br/2017/07/19/feminismo-uma-pratica-linda-e-preta/?loggedpaywall#>, último acesso em 27 de setembro de 2022.